

# PLANEJAMENTO URBANO E IMAGÉTICA DA CIDADE: SIGNOS MERCADOLÓGICOS E SEGREGAÇÃO SOCIOTERRITORIAL EM GOIÂNIA

Urban planning and the image of the city: market signs and socio-territorial segregation in the city of Goiânia

Adão Francisco de Oliveira<sup>i</sup>  
*Universidade Federal do Tocantins*

Eguimar Felício Chaveiro<sup>ii</sup>  
*Universidade Federal de Goiás*

## Resumo

Esse texto tem a finalidade de discutir a condição urbana de Goiânia na passagem do século XX para o século XXI, refletindo a forma como seus gestores definiram o seu planejamento urbano. Nesse contexto, percebe-se que a opção privilegiada da pauta política consistiu na produção de uma imagem para a cidade, no sentido de impostar-lhe uma identidade afeita à lógica de ecologicamente correta e de capital do agronegócio. Com esta opção, o planejamento urbano conformou-se aos auspícios do neoliberalismo, de modo que as políticas urbanas perderam o impacto no tratamento das desigualdades socioterritoriais, dimensionando a dinâmica da segregação.

**Palavras-chave:** planejamento urbano; cidade-espetáculo; segregação socioterritorial; Goiânia.

## Abstract

This text aims to discuss the urban condition of Goiânia in the passage of the 20th century for the 21st century, reflecting the way that yours managers defined its urban planning. In this context, notes that the privileged political tariff option consisted in the production of an image for the city to impose him an identity as ecologically correct and agribusiness capital. With this option, the urban planning complied to auspices of neoliberalism, so that urban policies have lost their impact on the treatment of partner territorial inequalities, scaling the dynamics of segregation.

**Keywords:** urban planning; image making city; partner territorial segregation; Goiânia.

## INTRODUÇÃO

A realidade paisagística de Goiânia hoje, frente ao seu desenvolvimento histórico, deixa qualquer analista de sua trajetória surpreso. Em 75 anos existência, a cidade atingiu o *status* de metrópole e passou a contar com uma população de 1.281.975 habitantes, sendo que a população de sua Região Metropolitana, composta por 13<sup>1</sup> municípios, é de 2.102.097 habitantes, de acordo com a estimativa do IBGE 2009 (Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA). Pela tabela 1, a seguir, verifica-se a população da Região Metropolitana de Goiânia município por município, bem como o seu IDH.

Obviamente, o espaço urbano da cidade cresceu para comportar tamanha população, o que é perceptível no conjunto de loteamentos

que se tem empreendido hoje, no reaquecimento dos negócios com condomínios verticais e na expansão descentralizada dos condomínios horizontais fechados. Encarnando esse mesmo sentido de mudança, foi necessário abrir novas avenidas e racionalizar o trânsito para que Goiânia pudesse suportar o intenso fluxo de veículos que a circulam no cotidiano. Em alguns horários se verificam determinados pontos de estrangulamento do trânsito, haja vista a existência de gargalos que incidem na aproximação de áreas tradicionais que movimentam o mercado.

Além de ser o pólo, o epicentro da RMG, Goiânia é antes ainda a capital do Estado de Goiás, o que por si é suficiente para gerar uma constante peregrinação de pessoas, políticos e

técnicos nos centros executores das políticas públicas: as secretarias de Estado. Não obstante, a sua especialização mercantil na oferta de serviços especializados, principalmente nos setores de facção têxtil e de saúde, a torna uma atração interestadual, em especial para os Estados do Norte e do Nordeste brasileiro e municípios do Estado de Minas Gerais. No que se refere ao setor de saúde, Goiânia tornou-se uma atração não só no serviço privado como também no público, o

que consiste num grande problema para o município e para os poderes públicos municipal e estadual, conforme sugere o Plano Diretor de Regionalização da Saúde de Goiás – PDR/GO, que destaca a necessidade de desconcentração dos serviços de saúde da capital do Estado. Com tais prerrogativas, essa cidade se converteu numa metrópole regional, disposta no Estado de Goiás conforme apresenta o mapa 1, a seguir.

Já o mapa 2, na sequência, apresenta os

RMG: ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO			
Município	População	IDH (PNUD 2000)	Nível
Abadia de Goiás	6.301	0,742	Médio
Aparecida de Goiânia	510.770	0,764	Médio
Aragoiânia	7.702	0,759	Médio
Bela Vista	21.679	0,744	Médio
<b>Goiânia</b>	<b>1.281.975</b>	<b>0,832</b>	<b>Elevado</b>
Goianápolis	11.663	0,689	Médio
Goianira	26.336	0,740	Médio
Guapó	13.973	0,729	Médio
Hidrolândia	14.718	0,736	Médio
Nerópolis	20.260	0,785	Médio
Santo Antônio de Goiás	4.230	0,749	Médio
Senador Canedo	77.511	0,729	Médio
Trindade	104.979	0,759	Médio
<b>Total</b>	<b>2.102.097</b>	<b>0,812</b>	<b>Elevado</b>

TABELA 1: População da Região Metropolitana de Goiânia por município e seu IDH.  
Fonte: SIDRA/IBGE, 2009.

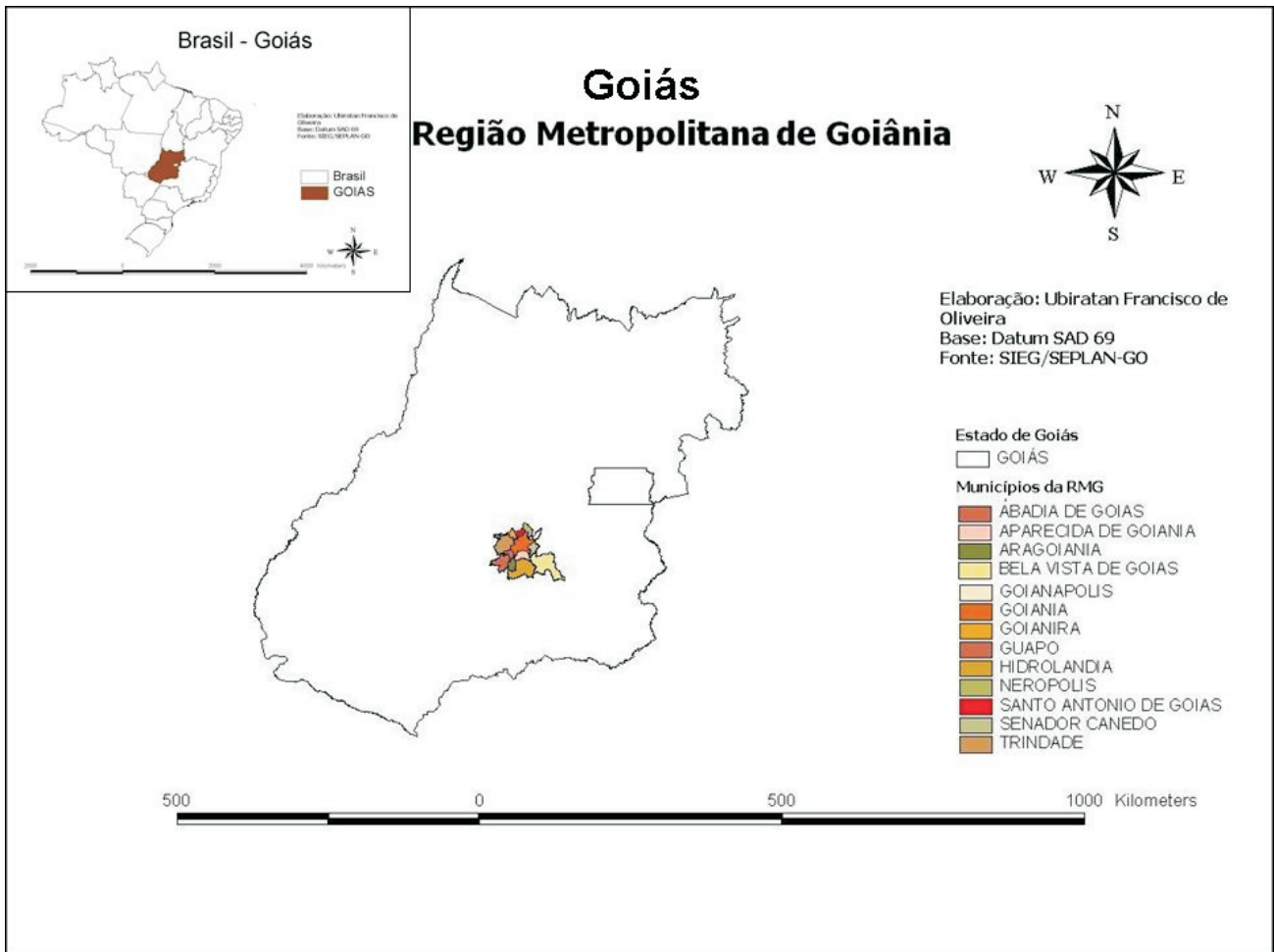
recortes territoriais e políticos dos municípios constituintes da Região Metropolitana de Goiânia.

Cabe ressaltar que os elementos agregados na década de 2000 que refletem essa condição urbana são, eles próprios, fruto de todo um desenvolvimento histórico, que tem como principais fundamentos a ação da gestão pública na cidade associada, na década de 1950, aos princípios do desenvolvimentismo nacional, e a construção de Brasília e a decorrente constituição de um eixo de desenvolvimento econômico entre esta cidade e Goiânia, se tornando num pólo de atração

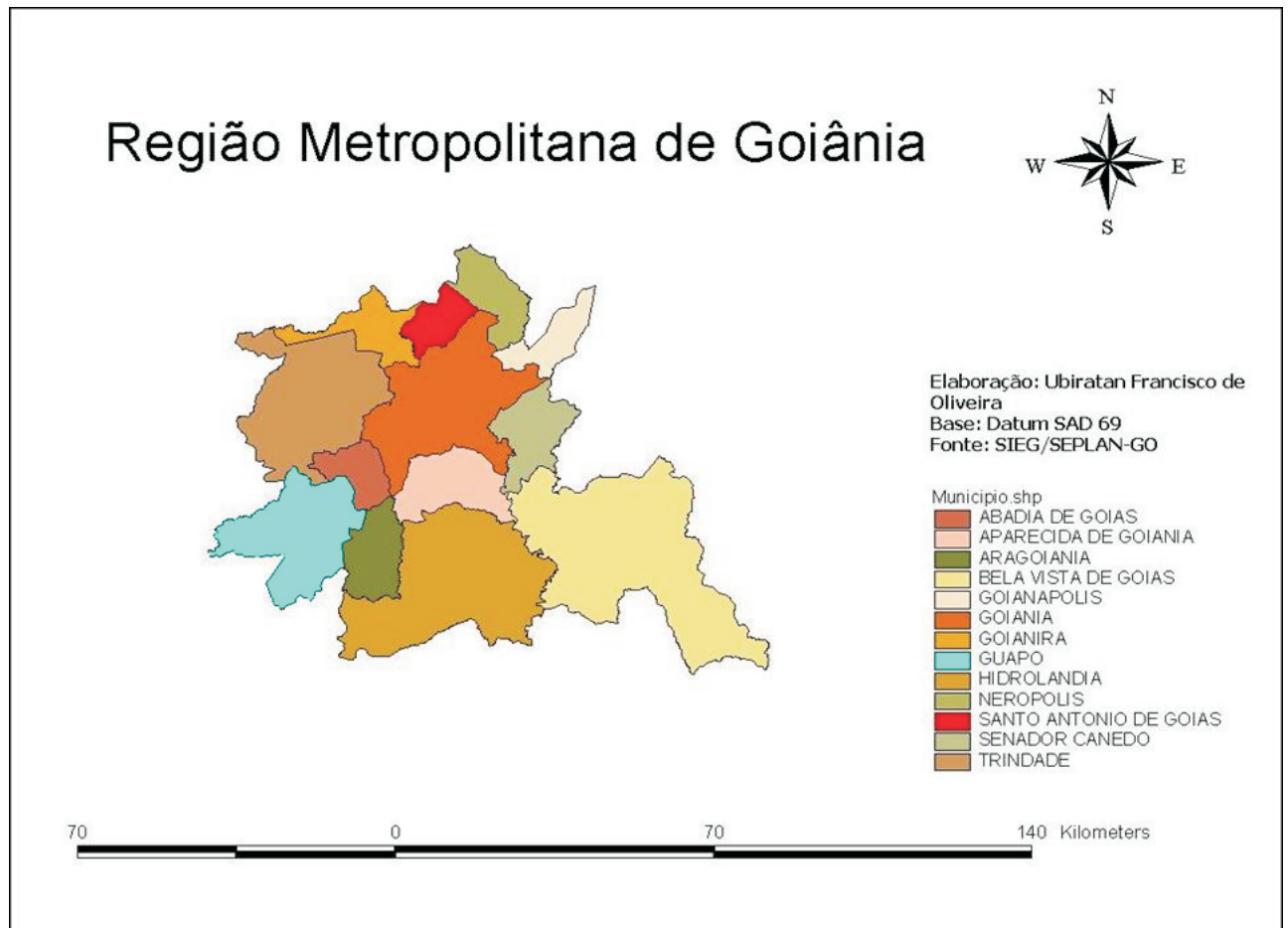
humana. Segundo Oliveira (2009), essa associação de fatores induziu Goiânia ao seguinte quadro de crescimento demográfico: de 1950 a 1960, 187,5%; de 1960 a 1970, 153,9%; e de 1970 a 1980, 109,7%. Ou seja, Goiânia saltou de uma população de 53.389 habitantes em 1950 para 817.343 habitantes em 1980.

## PLANEJAMENTO URBANO, CIDADE-ESPETÁCULO E NEOLIBERALISMO

Com uma representação política e mercantil tão significativa, os últimos administradores públicos da cidade, desde o governo Darci Accorsi, do PT (1993-1996),



MAPA 1: Localização da RMG no estado de Goiás.



MAPA 2: Municípios constituintes da Região Metropolitana de Goiânia.

têm buscado imprimir, a partir do *planejamento estratégico*, uma marca a Goiânia na perspectiva mesmo da concepção de *image-making*, gestada nos EUA a partir dos anos de 1960, que tinha a intenção de afeiçoar as cidades à dinâmica do mercado, como nos apresenta Arantes (2007). Ao analisar a lógica dessa modalidade de planejamento, muito em voga principalmente a partir da reforma urbanística imposta à cidade de Barcelona, na Espanha, no início dos anos de 1990, essa autora o expõe como aquilo que

Veio agravar ainda mais o inchaço cultural imperante desde que governantes e investidores passaram a desbravar uma nova fronteira de acumulação de poder e dinheiro – o negócio das imagens. O “tudo é cultura” da era que parece ter se inaugurado nos idos de 1960 teria pois se transformado de vez naquilo que venho chamando de *culturalismo de mercado*. De tal forma que a cultura – que nos primórdios da Era Industrial se cristalizara como esfera autônoma dos valores antimercado –, ao tornar-se *imagem*, quer dizer, representação e sua respectiva interpretação (como sabe qualquer gerente de *marketing* numa sociedade do espetáculo), acabou moldando, de um lado, indivíduos (ou coletividades “imaginadas”) que se auto-identificam pelo consumo ostensivo de estilos e lealdade a todo tipo de marca; de outro, o sistema altamente concentrado dos provedores desses produtos tão intangíveis quanto fabulosamente lucrativos. Trocado em miúdos, esse o verdadeiro “poder da identidade”. Daí a âncora identitária da nova urbanística (ARANTES, 2007, p.16).

No caso de Goiânia, uma importante investida nesse sentido foi a de torná-la uma *country city*, no reboque da representação de que Goiás é um Estado eminentemente

agropastoril<sup>2</sup>. A favor dessa investida está a indústria fonográfica, que promove constantemente duplas goianas de músicas sertanejas, presumivelmente lançadas na grande festa que é a exposição agropecuária da cidade.

Concorre com esta imagem uma outra, constituída no seio do governo supracitado e com grande afirmação até a atualidade, que é a de uma cidade ecologicamente correta. Segundo Arrais (2001, p. 184), “o *cognome de 'cidade ecologicamente correta'* apareceu como *necessidade de o Poder Público municipal afirmar o compromisso com a causa ecológica*”, seguindo formalmente uma orientação da Constituição Federal. Com isso, se buscou atribuir uma imagem positiva da cidade, agradável do ponto de vista estético, o que faz, nas palavras do autor, “*com que as preocupações com as contradições entre o capital e o trabalho fiquem em segundo plano*” (ARRAIS, op. cit., p. 187). Não foram poucos os incentivos e investimentos públicos para a afirmação dessa marca: construção e revitalização de parques e bosques, urbanização de praças, recuperação de córregos e fundos de vale, remoção de ocupações em áreas de preservação ambiental, etc.

Numa análise sobre essa perspectiva imagética da cidade, Lynch (1997) fez a seguinte observação:

No processo de orientação, o elo estratégico é a imagem ambiental, o quadro mental generalizado do mundo físico exterior de que cada indivíduo é portador. Essa imagem é produto tanto da sensação imediata quanto da lembrança de experiências passadas, e seu uso se presta a interpretar as informações e orientar a ação. A necessidade de reconhecer e padronizar nosso ambiente é tão

crucial e tem raízes tão profundamente arraigadas no passado, que essa imagem é de enorme importância prática e emocional para o indivíduo. [...] Uma boa imagem ambiental oferece a seu possuidor um importante sentimento de segurança emocional. Ele pode estabelecer uma relação harmoniosa entre ele e o mundo à sua volta. [...] Na verdade, um ambiente característico e legível não oferece apenas segurança, mas também reforça a profundidade e a intensidade potenciais da experiência humana. Embora a vida esteja longe de ser impossível no caos visual da cidade moderna, a mesma ação cotidiana poderia assumir um novo significado se fosse praticada num cenário de maior clareza. Potencialmente, a cidade é em si o símbolo poderoso de uma sociedade complexa. Se bem organizada em termos visuais, ela também pode ter um forte significado expressivo (LYNCH, 1997, p. 4-5).

Sem menosprezar a importância da contribuição analítica deste autor, é importante destacar que sua leitura não incorporou elementos fundamentais constituintes da explicação do ambiente produzido, tais como as estratégias de poder e as vantagens do mercado, exercício que revelaria a dialética do espaço. Contudo, a despeito das intenções veladas, os gestores de Goiânia justificaram seus esforços na produção dessa marca no sentido apresentado pelo autor.

Desse modo, é importante destacar principalmente as iniciativas do governo Iris Rezende (2005-2008), que coadunam de maneira integrada e coerente o tratamento da forma, função e estrutura urbanas, o que produz como resultado a cidade-espetáculo. Em sua lógica administrativa, a cidade é toda imagem e seus baluartes são, por um lado, os parques, bosques e praças e, por outro, os

grandes monumentos plantados nos principais pontos de confluência da cidade. Associado à marca que se procura produzir da cidade, está a marca do próprio governo, representada pelo volume de obras que se empreende. Nesse sentido, a extensão do asfalto, da malha viária, de viadutos e de conjuntos habitacionais confinados figuram num segundo plano, mas também de modo privilegiado.

Contudo, diante de uma análise mais atenta, não resta dúvida de que tudo seria de fato muito interessante e importante para a promoção da qualidade de vida do conjunto da população goianiense, não fosse o sentido balizar que orienta tais ações, pautado na expansão das possibilidades de mercado e regulado com base no ideário neoliberal. Assim,

Destituída de uma visão de planejamento holístico, a cidade passou a ser vista pontualmente com a intenção de se *requalificá-la, revitalizá-la, readaptá-la, revalorizá-la*. Como resultado, se tem uma cidade-espetáculo, interessante o suficiente para atrair investimentos econômicos. Porém, o caráter classista de leitura e tratamento da cidade sob tais signos é explícito. A necessidade de atração de investimentos para a sua qualificação no “mercado global” faz das ações pontuais ações que reforçam a cidade formal, a cidade tratada, a bela cidade, a isotopia. [...] No entanto, como os espaços segregados não colaboram para esse tipo de promoção que se pretende das cidades, reforça-se o seu caráter segregado através de ações de confinamento territorial ou de polícia. Em outras palavras, a cidade informe é violentamente reprimida, seja material ou simbolicamente. Esse caráter classista da *nova lógica* de se pensar e planejar as cidades é velado pelo conjunto de propagandas que fabricam

idéias e conceitos de que esse é o único caminho. Essa é a marca do neoliberalismo: a produção de um pensamento único para o planejamento e a gestão das cidades. Desenvolve-se um (falso) consenso a partir de um receituário de medidas e ações formulado nas agências multilaterais e financeiras internacionais (BM, FMI, BID, Habitat etc.) (OLIVEIRA et. all., 2008, p. 6).

O que se depura de tais assertivas é que a cidade, tal qual se fez Goiânia, enquanto território da unidade básica das relações sociais, reflete toda a gama das artimanhas mercadológicas que definem o propalado fenômeno da globalização. Característico a partir do último quartel do século XX, a sua vingança teve como base o fato de que o socialismo real sucumbiu perante o capitalismo, haja vista que os países socialistas, direcionados pela planificação soviética, organizaram regimes de produção internos dependentes do mercado internacional. Uma vez que este mercado obedece aos ditames das principais nações capitalistas, as imposições para se participar de seu círculo foram, gradativamente, forçando as nações socialistas a abrirem seus regimes à lógica liberal. Da mesma forma, estas nações capitalistas foram definindo uma nova estratégia de poder que consagrou a instituição de uma associação internacional conhecida como G-7, o grupo dos sete países mais ricos e belicamente mais fortes, organizados em torno dos EUA. Posteriormente, esse grupo ficou conhecido como G-8<sup>3</sup>.

Além do fato de concentrarem grandes riquezas e armamentos de destruição em massa, fundamenta também o poder do G-8 a manietação que ele opera sobre a ONU – Organização das Nações Unidas. Com o seu

poder de influência sobre esta que, mesmo não possuindo o estatuto jurídico, exerceu desde sua fundação, em 1945, o poder de *Estado* mundial, os países do G-8 puderam apresentar ao mundo, quando da derrocada do socialismo (iniciada já na década de 1970, pelas evidências de sua dependência ao mercado internacional), a sua lógica de organização capitalista. Neste sentido, subverteram a ordem das relações internacionais, orientando suas políticas econômicas para o refluxo do *Estado social* e em favor do resgate do liberalismo. Revestido com as feições da nova época, esta orientação de política econômica pôde cumprir sua função de *empoderar* os grandes grupos econômicos sob a designação de *neoliberalismo*, uma forma vulgar de se chamar aquilo que, academicamente, foi tratado como o “ajuste fiscal recessivo” (SOARES, 2001).

Assim, as principais experiências do neoliberalismo desenvolveram-se a partir do limiar dos anos de 1980, tendo como fundamento a idéia de liberalização econômica sobre três pilares. O primeiro refere-se à liberalização das relações entre patrão e empregado, através da desregulamentação das relações trabalhistas; o segundo se trata da liberalização da concorrência entre grandes e pequenos capitalistas; e o terceiro diz respeito à abertura das fronteiras mercantis nacionais a produtos internacionais. Figura ainda como fundamento do receituário neoliberal a inversão da lógica dos investimentos públicos, desfocados das áreas sociais – saúde, educação, assistência social, previdência etc. – e centrados na iniciativa privada, com o argumento de que os incentivos à produção e circulação capitalistas aquecem o mercado e permitem a geração de empregos, o que

garante às pessoas e, não obstante, aos trabalhadores, as condições de adquirirem bens através do mercado. Subjacente a esta lógica está a corrupção da condição cidadã, uma vez que serviços e bens públicos básicos e fundamentais à cidadania e à constituição da cultura cívica são usurpados tacitamente, mediante ações políticas revestidas de um grande investimento publicitário, corolário “pós-moderno” das ações ideológicas. Por fim, destaca-se ainda como condição neoliberal a *d e s e s t a t i z a ç ã o*, a t r a v é s d e desregulações e de privatizações de órgãos públicos de setores estratégicos (energia, telecomunicações, transportes etc.), e a perda de autonomia dos Estados Nacionais para as decisões orquestradas no mercado internacional pelo G-8.

Chama a atenção na vingança neoliberal o raio de escalas de sua ação. O seu movimento foi primeiramente *centrípeto*: partiu do global, atingindo o nacional, o regional para, enfim, alcançar o local. Chegando aí ele fez o movimento contrário, agora *centrífugo*, o que leva à representação de um fenômeno de movimento espiral.

Ao atingir o local em sua organização política e econômica e em seu modo de vida, o neoliberalismo redefiniu as cidades, que em função disso nas últimas décadas têm perdido o estatuto de *polis* – conceito grego para definir a experiência urbana a partir da manifestação do compromisso política e cívico de seus habitantes – para o de *fair* – conceito anglicano para definir a experiência urbana a partir do comércio, do mercado (semelhante ao conceito germânico de *burgo*); é a transfiguração do território. Com isso, as corporações econômicas, descomprometidas com a sociabilidade cotidiana das cidades, passaram

a dominá-las de acordo com a sua estratégia global de produção e consumo. Na esteira das vantagens capitalistas destas corporações, rearticula-se o principal agente do capitalismo local, o capital imobiliário, que busca acomodar os interesses das grandes corporações econômicas reorientando as disposições urbanas. Seus principais instrumentos para isso? O domínio das decisões políticas, a partir de um pesado investimento nas eleições municipais; a formação corporativa dos agentes imobiliários (agentes financeiros, proprietários fundiários, incorporadoras, construtoras); a corrupção dos movimentos sociais de moradia e dos técnicos de Estado; e, por fim, a promoção de marketing da cidade-espetáculo, artimanha ideológica para a escamoteação das contradições e dos conflitos sociais.

## GOIÂNIA: CIDADE-ESPETÁCULO E SEGREGAÇÃO SOCIOTERRITORIAL

É nesse sentido que Goiânia transformou-se na cidade das praças, dos bosques e dos parques; a cidade ecologicamente correta. Posteriormente, a cidade dos monumentos também. Isso porque o sucesso das ações capitalistas (interesses das grandes corporações acomodados pelos do capital imobiliário) sobre seu território depende da afirmação ideológica de uma marca, defendida pelo Estado na representação do poder institucional local, na forma de seu planejamento. Nas palavras de Maricato,

Estamos nos referindo a um processo político e econômico que, no caso do Brasil, construiu uma das sociedades mais desiguais do mundo, e que teve no planejamento urbano

modernista/funcionalista, importante instrumento de dominação ideológica: ele contribuiu para ocultar a cidade real e para a formação de um mercado imobiliário restrito e especulativo (MARICATO, 2007, p. 124).

A leitura da cidade feita por Cavalcanti (2001, p. 17) corrobora esse entendimento, quando a autora afirma que “a produção do

espaço urbano é feita a partir da racionalidade capitalista. Essa racionalidade é que define lugares na cidade segundo lugares no processo de produção. Assim é que se pode analisar a produção de periferias, de favelas, de bairros operários”. Daí a promoção da situação que se segue, apresentada na tabela 2, que relaciona os parques e bosques construídos na cidade:

PARQUES E BOSQUES EXISTENTES EM GOIÂNIA				
	Quantidade	Unidade	Bairro(s)	Região
Até 2004	1	Areião	Pedro Ludovico, Marista e Sul	Sul
	2	Vaca Brava	Bueno	Sul
	3	Jardim Botânico*	Pedro Ludovico	Sul
	4	Lago das Rosas	Central e Oeste	Central
	5	Botafogo	Central e Leste Vila Nova	Central
	6	Bosque dos Buritis	Central e Oeste	Central
	7	Gentil Meireles	Gentil Meireles	Vale do Meia Ponte
	8	Parque Curitiba*	Jardim Curitiba III	Noroeste
A partir de 2005	9	Bosque José Eduardo Nascimento	Parque das Amendoeiras	Leste
	10	Bosque Boa Vista	Boa Vista	Noroeste
	11	Parque Fonte Nova	Jardim Fonte Nova	Noroeste
	12	Parque Liberdade	Jaó	Norte
	13	Bosque do Café	Santa Genoveva	Norte
	14	Parque Beija-Flor	Jaó	Norte
	15	Parque Taquaral	Residencial Goiânia Viva	Oeste
	16	Parque da Lagoa	Parque Industrial João Braz	Oeste
	17	Parque Municipal Sabiá	Parque das Laranjeiras	Sudeste
	18	Parque Municipal Flamboyant Lourival Louza	Jardim Goiás	Sudeste
	19	Bosque Bougainville	Parque das Laranjeiras	Sudeste

**TABELA 2:** Parques e bosques de Goiânia.

Fonte: Prefeitura de Goiânia/ AMMA, 2009. Os parques que estão marcados com (\*) foram iniciados no governo do prefeito Pedro Wilson (2001-2004), mas só foram concluídos no governo do prefeito Iris Rezende (2005-2008).

A tabela 2 é interessante por mostrar não apenas o cuidado com a marca da cidade ecologicamente correta; na esteira dessa demonstração, duas outras se destacam. A primeira diz respeito ao fato de que até 2004, quando Goiânia já tinha 70 anos, os parques da cidade estavam praticamente concentrados nas suas duas principais regiões de referência urbana: as regiões Sul e Central. Destarte, a soma que se faz dessa condição com os demais investimentos urbanos nessas regiões, perceptíveis na definição de suas paisagens, nas suas formas urbanas, nas suas amenidades e nas suas valorizações, garante-lhes a

morfologia *isotópica*. Com base na perspectiva analítica de Henri Lefebvre, Oliveira e Moysés (2005) assim definiram a isotopia:

No seu conjunto, pela característica de agregar diferenças/diversidades, coisas e pessoas mercadorias e estimacões, valores de troca e valores de uso, a cidade produz uma identidade geral percebida nas mensagens, nas representações que emite e que recebe, as quais podemos chamar de *isotopia*. Porém, como em cada lugar da cidade há formas específicas de sociabilidade, como as experiências cotidianas são singulares e o grupo social tende a formar uma



relação própria de poder e de referência de acordo com os recursos de que dispõem, com as propriedades que concentram, outras identidades vão surgindo, formando, assim, as *heterotopias*. [...] As mais marcantes destas dizem respeito àquelas que se opõem à identidade geral da cidade, à sua isotopia, marcada pela referência da centralidade, do planejamento e da bela estética. Dessa forma, as heterotopias se definem como o espaço do outro, que fica de fora (OLIVEIRA e MOYSÉS, 2005, p. 290-291).

Nas cidades contemporâneas há um conjunto significativo de diversidades, especialmente se estas cidades assumem o *status* de metrópole, que é o caso de Goiânia. Porém, a heterotopia, o lugar do outro, do diverso, que mais se destaca numa grande cidade é o anti-urbano, o anti-cidade, o informe: o espaço da segregação socioterritorial. Este espaço não se constitui, com todos os seus signos e recursos (significativamente escassos), por vontade própria de seus ocupantes. Ele é resultado da espoliação urbana à qual a maior parcela de sua população é submetida, fruto de uma velada luta de classes que a dispõe na vulnerabilidade, conforme a leitura de Ribeiro:

Começamos o novo milênio com crescentes evidências de que novos mecanismos de espoliação urbana estão emergindo nas cidades, relacionados com o fato de que a segregação e a exclusão habitacional produzem espaços nos quais se verificam a acumulação de desvantagens sociais. São aglomerados urbanos de segmentos sociais vivendo o processo de vulnerabilização social decorrente da precarização do emprego, do desemprego e da perda da renda do trabalho, processo ao qual somam os efeitos do empobrecimento

social, resultantes da desestruturação do universo familiar, do isolamento social, da estigmatização e da desertificação cívica dos bairros em vias de guetificação (RIBEIRO, 2005, p. 52).

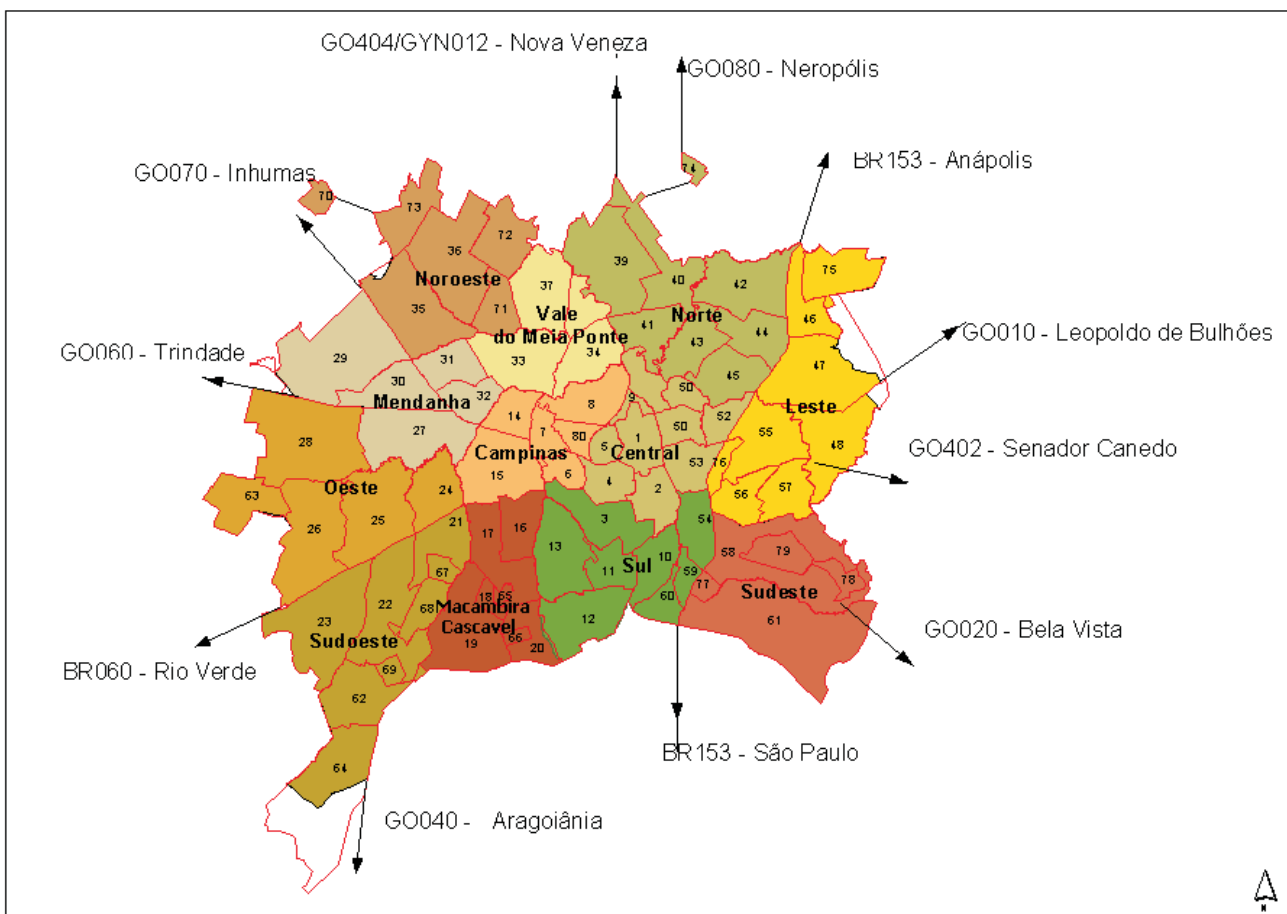
Desse modo, o desenvolvimento urbano de Goiânia e o seu planejamento municipal continuam a reforçar esta tendência perversa, característica por excelência das relações sociais que se desenvolvem no modo de produção capitalista. Na década de 1980, esse desenvolvimento coincidiu com aquilo que Lefebvre (1999b, p. 27) denominou de a *explosão-implosão* da cidade: “*concentração urbana, êxodo rural, extensão do tecido urbano, subordinação completa do agrário ao urbano*”. Caracterizava-se, assim, o *fenômeno urbano* em Goiânia, com a aproximação de sua realidade àquilo que este autor chamou de “*zona crítica*”, o 100% urbano. A este turno, as contradições advindas das formas desiguais de ocupação do solo na cidade que se sucederam a partir de 1950 transformaram-se em movimentos sociais e culminaram em conflitos pela posse da terra. Isto porque pela lógica do valor diferencial do solo – dominado pelos interesses de mercado – produziu-se uma cidade central, referencial, formal, da bela estética, *isotópica*, ao mesmo tempo em que se produziu também a sua diferença, que vai da estrutura e estatura dos prédios, da largura e da limpeza das ruas, do tipo de movimento que se verifica no sistema viário, ao seu radical contrário: o informe e a informalidade. É a *heterotopia* urbana, que através dos conflitos sociais, revela a sua dimensão paradigmática, ao explicitar as oposições e diferenças.

Contudo, esta tendência de desenvolvimento assume novos agregados e

contornos na década de 2000, não só pelo fato de Goiânia ter se consolidado como uma metrópole (com um intenso processo de conurbação), mas também por ter incorporado, como já foi apresentado, um novo conceito de planejamento urbano, no qual a imagem da cidade é esteio para a sua objetivação mercantil. Daí decorre o segundo elemento demonstrável pela tabela 2: os esforços da gestão municipal dirigida por Iris Rezende no sentido da produção imagética da cidade.

No afã de resgatar a marca de Goiânia de cidade ecologicamente correta e de consolidar tal condição em sua gestão, a administração de Iris Rezende construiu, em 4 anos, 11 parques e/ou bosques municipais, contra 8 que até então haviam sido construídos em 70 anos. Não obstante, é importante dizer que esses 11 parques e/ou bosques foram distribuídos em 5

regiões de Goiânia (que pela nova regionalização conta com 12 regiões), com destaque para os construídos nas regiões Noroeste, Leste e Oeste, dominadas pelo signo da pobreza, da carência e da violência<sup>4</sup>. Nesse sentido, a sua construção consistiu numa descentralização dos investimentos urbanos, numa extensão de equipamentos públicos e de urbanidade, o que, por decorrência, caracteriza também uma democratização de tais equipamentos. Contudo, esta é uma análise que não pode, em nenhuma hipótese, desconsiderar os objetivos mercantis acima comentados, principalmente ao se considerar que a lógica da política habitacional de Iris Rezende<sup>5</sup> é a da segregação e confinamento das camadas mais pobres da sociedade. O mapa 3, disposto a seguir, apresenta a regionalização do município de Goiânia



MAPA 3: Regionalização do município de Goiânia.  
Fonte: Prefeitura de Goiânia/SEPLAM/DPSE, 2003.

Um dos principais fatores que contribuíram para que Goiânia precipitasse a problemática metropolitana<sup>6</sup> foi justamente a criação e/ou institucionalização dos bairros nas condições supracitadas. Em análise ao escopo desses bairros, Chaveiro (2007, p. 77) assim os definiu:

a superposição de bairros do espaço conurbado da região metropolitana caracteriza-se por um tipo de ordenamento espacial esparso e difuso, resultando numa abrangência territorial extremamente grande em relação à população que ocupa esses espaços.

Nestas dimensões, Goiânia viu não só seu espaço urbano maior, como também sua diversidade, pois passou a agregar “*uma variabilidade de possibilidades de trabalho, de níveis de consumo, de papéis sociais e de proveniência de pessoas*” (COSTA, 2005, p. 80). A sua condição e forma cosmopolitas se associaram à dinâmica metropolitana que a cidade passou a ter com a explosão-implosão do fenômeno urbano. A dualidade de contraste radical entre centro e periferia, a existência – de simbolismo violento – de grandes vazios urbanos com lógica especulativa a separar ambos os espaços, a saturação visual, o congestionamento populacional das áreas centrais, a violência física empreendida pelo Estado no controle dos *usos segregados* da cidade, tudo isso forçou a procura pelos municípios vizinhos de Goiânia como novos espaços habitacionais. Para continuar usando Goiânia, os novos “chegantes” habitavam a vizinhança urbana, reproduzindo a mesma lógica perversa do mercado da terra nos municípios vizinhos, provocando uma conurbação perceptível já no limiar dos anos de 1990 e redimensionando os

desafios do embate político e da gestão urbana.

Esse processo é resultado de uma indução não só do capital imobiliário, como também dos poderes públicos municipais e estadual, que buscam a satisfação de duas lógicas: a primeira é dirigida pelo capital imobiliário e se refere à reprodução da renda diferencial do solo; a segunda é dirigida pelo Estado (poder público) e institui aquilo que Moraes (2006) chamou de “*segregação planejada*”, característica dos assentamentos urbanos em áreas distantes e confinadas do sítio dinâmico da cidade. Ambas se fundamental no mesmo bastião, o mercado, com toda a sua áurea de seleção e exclusão, recriando velhos problemas conhecidos (e perversamente desejados) pelo planejamento municipal, tais como os vazios urbanos, as agressões a áreas de preservação ambiental, a consolidação de assentamentos urbanos em áreas rurais, a ocupação de encostas, a destruição de nascentes, etc.

Chaveiro (2007) define tais assentamentos como “*o território dos 'NEMs'*”, que na representação popular quer dizer que o lugar é nem Goiânia e nem o município vizinho. Segundo o autor

Os “NEMs” são desenhos espaciais da ambigüidade: muitos bairros perdidos nos matagais, entre pequenas lavouras de milho ou pequenas pastagens, ladeando pequenos córregos e fluindo por trilhas zigzagueantes, feitas na intenção de diminuir tempo e constituir os “*atalhamentos*”, muitos cercados de montes de lixo, ou então, rarefeitos, enviesados, em paralelo às ruas mal traçadas, cheias de pilões de terras, carcomidos pela chuva, ravinados às margens em função da pequena compactação do latossolo vermelho, de alto teor de ferro, atingidas pelo peso dos poucos veículos que ali circulam,

tornam-se palco também de “NEMs”. “NEMs” que não gostariam de estar ali, fundados na discrepância, rogados pela cesta que nutre a sua fome, se vêem perdidos, na sua identidade e aturdidos quanto ao seu futuro (CHAVEIRO, 2007, p. 77).

No caso específico de Goiânia, ao se considerar a responsabilidade do governo Iris Rezende na constituição dos NEMs, seja como gestor público agindo em nome do Estado, seja garantindo tal possibilidade ao capital imobiliário, a situação fundada coloca em questionamento as intenções das ações, tais como a descentralização e democratização dos parques. Em que medida a urbanização que tem sido promovida em regiões hegemonicamente periféricas de Goiânia tem contribuído para a inclusão de sua população no circuito da cidadania? Qual tem sido o montante de recursos investidos na urbanização desses lugares, em relação aos investimentos despendidos nas áreas isotópicas? Tais investimentos têm promovido o amadurecimento da cultura cívica junto a sua população pobre? Esses investimentos não seriam mais uma medida de confinamento?

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As respostas para esses questionamentos não resultam numa operação simples. Torna-se mister, nesse caso, se considerar três elementos: o desenvolvimento sócio-econômico da cidade, as lógicas de governos e as mudanças nos jogos políticos e, por fim, a trajetória cívica da população goianiense. Enviesa todos esses elementos o princípio democrático que orienta a instituição pública brasileira, o que permite, nesta introdução, mais um questionamento: em que medida e como as condições democráticas

experimentadas no território goianiense têm contribuído para a diminuição ou ampliação das desigualdades socioterritoriais historicamente acumuladas? Buscar uma contribuição a esta resposta é o principal objetivo dessa tese.

Antes, porém, é imprescindível ressaltar as contradições que continuam prevalecendo nesta cidade, a despeito não só do seu desenvolvimento econômico como também do discurso oficial, que tende a destacar exclusivamente suas positivities.

Como já foi comentado, o desenvolvimento de Goiânia não só a afirma como uma metrópole (que, pela história recente no Brasil, significa a incidência de grandes problemas), especialmente de caráter regional. Esse desenvolvimento a situa também como uma das cidades mais promissoras, gozando de resultados sedutores, tal qual se verificou na tabela 1, onde se revelou o seu índice de desenvolvimento humano. Segundo Oliveira (2009), Goiânia é a 9ª capital brasileira com a maior renda per capita e se situa no 11º lugar no *ranking* brasileiro de maior índice de potencial de consumo. A cidade ocupa ainda o 9º lugar como município brasileiro com maior potencial de crescimento entre os anos de 2004 e 2010. Com relação à arrecadação do ICMS, a situação fica definida conforme os dados apresentados na tabela 3.

Pelos dados da tabela 3 é possível se perceber que ao longo desta última década Goiânia tem perdido receita de ICMS, apesar de continuar sendo o primeiro município em seu *ranking* estadual. A sua participação em relação ao conjunto do Estado é a seguinte: em 2000 foi de 44,22%; em 2002 esse índice subiu para 50,61%; já em 2007 houve um refluxo e o

índice caiu para 42,52%. Contudo, isso não quer dizer que não tenha havido aquecimento do mercado goianiense. Houve, sim, um grande incremento e dinamização, apesar de que houve também uma descentralização, em nível de Estado, desse tipo de desenvolvimento, incidindo sobre o resultado da arrecadação desse imposto. Já com relação

ao PIB (Produto Interno Bruto), a comparação dos valores se dá entre Goiânia com os outros três principais municípios da RMG, com os quais a capital se integra sistematicamente, além de com o próprio Estado. Os dados da tabela 4 mostram o dinamismo e a pujança da economia goianiense em termos absolutos, principalmente em relação à RMG.

ICM S (R\$)					
	2000	2002	2007*	Aumento 2002/2000	Aumento 2007/2002
Goiânia	971.961.280	1.528.556.370	2.317.416.000	57,26%	51,60%
RMG	1.276.139.880	2.062.118.000	3.389.502.000	61,59%	64,36%
Goiás	2.198.012.250	3.020.446.810	5.449.414.000	37,42%	80,41%

**TABELA 3:** Evolução da receita de ICMS.

Fonte: OLIVEIRA, [2009]. Nota: dados obtidos no Governo do Estado de Goiás/SEPLAN/SEPIN.

(\* ) dados obtidos diretamente da página eletrônica da SEPLAN/SEPIN.

PIB RMG (R\$ mil)			
	2000	2005	Incremento
Goiás*	37.416.000	50.536.000	35,06%
Goiânia	6.271.140	13.354.065	112,94%
Aparecida de Goiânia	723.083	2.198.429	204,03%
Senador Canedo	341.547	1.522.708	345,82%
Trindade	223.389	449.352	101,15%

**TABELA 4:** Evolução do PIB na RMG.

Fonte: OLIVEIRA, [2009]. Nota: dados obtidos no Governo do Estado de Goiás/SEPLAN/SEPIN.( \*)

dados obtidos diretamente da página eletrônica da SEPLAN/SEPIN.

Os municípios que participam da tabela são os únicos da RMG que fazem parte dos 20 mais dinâmicos economicamente do Estado. Dois fenômenos chamam a atenção nesses dados. O primeiro é o fato de Goiânia ter dobrado o seu PIB no intervalo de 5 anos na década de 2000. Isso certamente impacta sobre a sua estrutura urbana, sendo que o mesmo aconteceu com Trindade. Contudo, o segundo fenômeno se destaca pelo impacto que ele tem sobre a realidade metropolitana, marcado pelo crescimento dos PIBs de Aparecida de Goiânia, que triplicou, e de Senador Canedo, que mais que quadruplicou. Tais fenômenos explicam,

em grande medida, as taxas de crescimento demográfico desses municípios nas últimas duas décadas, responsáveis pela média do mesmo crescimento na RMG, conforme indica a tabela 5.

Apesar de que os índices de crescimento demográfico dos últimos dois censos apontam para um refluxo em relação às décadas anteriores, se verifica uma expansão do processo de conurbação entre os municípios da Região Metropolitana de Goiânia e, com ele, a definição dos NEM's como a nova heterotopia segregada de Goiânia.

TAXA DE CRESCIMENTO			
	1991/2000	2000/2005	2000/2008
Goiânia	1,91	1,90	1,85
Aparecida de Goiânia	7,30	5,29	4,94
Senador Canedo	9,27	6,1	4,46
Trindade	4,66	4,03	2,96

TABELA 5: RMG – Taxa de crescimento demográfico.

Fonte: Governo do Estado de Goiás/SEPLAN/SEPIN, (2009).

## NOTAS

<sup>i</sup> Doutorando em Dinâmica Socioespacial pela Universidade Federal de Goiás. Professor da Universidade Federal do Tocantins.  
E-mail: adaofrancisco@gmail.com

<sup>ii</sup> Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Professor da Universidade Federal de Goiás.  
E-mail: eguimar@hotmail.com

<sup>1</sup> A Região Metropolitana de Goiânia – RMG, foi criada em 1999 pela Lei Complementar nº 27, que instituiu como finalidade “*integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum dos municípios dela integrantes*” (cf. art. 2º). Faziam parte dela 11 municípios, sendo eles: Abadia de Goiás, Aparecida de Goiânia, Aragoiânia, Goianápolis, Goiânia, Goianira, Hidrolândia, Nerópolis, Santo Antônio de Goiás, Senador Canedo e Trindade. Em 2004 a Lei Complementar nº 048 acrescentou a ela o município de Bela Vista de Goiás e em 2005 a Lei Complementar nº 54 integrou a ela o município de Guaporé, de modo que o seu total de municípios passou para 13.

<sup>2</sup> A idéia de que Goiás é um Estado eminentemente agropastoril é falsa e desmentida pelos números de sua economia, que indicam a predominância das atividades industriais sobre todas as outras. Para verificar

detalhes, ver a página eletrônica da SEPLAN/GO, no endereço: [www.seplan.go.gov.br](http://www.seplan.go.gov.br).

<sup>3</sup> Além dos EUA, compõem o G-7 a Alemanha, o Reino Unido, o Japão, a França, a Itália e o Canadá. Nos anos de 1990, a Rússia foi incorporada a esse grupo, que a partir de então tornou-se conhecido como G-8.

<sup>4</sup> Sobre as características socioterritoriais dessas regiões, ver os seguintes trabalhos: 1) região Noroeste: Oliveira e Moysés, op. cit.; Oliveira, 2006a; região Oeste: Oliveira e Coriolano, 2008; região Leste: Oliveira e Dorian, 2006.

<sup>5</sup> Tal lógica é demonstrável em todos os governos Iris Rezende (1983-1986 e 1991-1992) enquanto governador do Estado de Goiás, quando institucionalizou a Região Noroeste, e no período de 2005-2008 enquanto prefeito de Goiânia, quando criou o acampamento Grajaú para os ocupantes do Parque Oeste Industrial e o assentamento definitivo Real Conquista, ambos na Região Sudoeste.

<sup>6</sup> Entende-se aqui que um dos principais problemas que resultam na problemática metropolitana experimentados pelos municípios componentes da RMG, especialmente por Goiânia, pólo dinamizador da mesma, é processo de conurbação. Esta é muito mais resultado de uma segregação planejada do que de um intenso crescimento demográfico dos municípios em questão, haja vista que em todos eles há imensos vazios urbanos a separar os bairros das fronteiras e os núcleos centrais, dinâmicos e urbanizados das cidades.

## BIBLIOGRAFIA

ARANTES, Otília. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. 4ª Ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2007.

ARRAIS, Tadeu P. A. As imagens da cidade e a produção do urbano. In: CAVALCANTI, Lana de S. (org.). *Geografia da cidade*. Goiânia: Alternativa, 2001.

CAVALCANTI, Lana de S. (org.). *Geografia da cidade*. Goiânia: Alternativa, 2001a.

\_\_\_\_\_. Uma geografia da cidade – elementos da produção do espaço urbano. In: CAVALCANTI, Lana de S. (org.). *Geografia da cidade*. Goiânia: Alternativa, 2001b.

CHAVEIRO, Eguimar F. *Goiânia, travessias sociais e paisagens cindidas*. Goiânia: Ed. da UCG, 2007.

CORRÊA, Roberto L. *Geografia: temas sobre cultura e espaço*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2005.

COSTA, Benhur P. da. As relações entre os conceitos de território, identidade e cultura no espaço urbano: por uma abordagem microgeográfica. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto L. *Geografia: temas sobre cultura e espaço*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2005.

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS. SEPLAN/SEPIN. *Goiás em dados*. Disponível em: <http://www.seplan.go.gov.br/sepina/>, acessado em 09 de fevereiro de 2009.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

\_\_\_\_\_. *A cidade do capital*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999a.

\_\_\_\_\_. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999b.

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MORAES, Lúcia M. *A segregação planejada: Goiânia, Brasília e Palmas*. Goiânia: Ed. da UCG, 2006.

OLIVEIRA, Adão F. de. A produção social do espaço. *Cultura & liberdade*, Goiânia, v. 2, n. 2, 2002.

\_\_\_\_\_. A reprodução do espaço urbano de Goiânia: uma cidade para o capital. In: MOYSÉS, Aristides (org.). *Cidade, segregação urbana e planejamento*. Goiânia: Ed. da UCG, 2005.

\_\_\_\_\_. Goiânia heterotópica: a integração excludente. In: OLIVEIRA, Adão F. de; NASCIMENTO, Claudemiro G. do (orgs.). *Cidades sustentáveis: políticas públicas para o desenvolvimento*. Goiânia: Ed. da UCG, 2006.

O L I V E I R A , A d ã o F . d e ; CORIOLANO, Germana P. Goiânia – Palmas: dinâmicas do planejamento excludente no coração do Brasil. *Boletim do Observatório das Metrópoles*, Rio de Janeiro, 27 de ago/2008, disponível na página: [www.observatoriodasmetrolopes.net](http://www.observatoriodasmetrolopes.net).

OLIVEIRA, Adão F. de; DORIAN, Amanda. Região Leste: é preciso vencer o isolamento. *Jornal O Popular*, Goiânia, suplemento do “Agenda Goiânia”, p. 02, 18 de ago/2006.

OLIVEIRA, Adão F. de; MOYSÉS, Aristides. Segregação e planejamento excludente: cidade informe e degradação ambiental em Goiânia. In: MOYSÉS, Aristides (org.). *Cidade, segregação urbana e planejamento*. Goiânia: Ed. da UCG, 2005.

OLIVEIRA, Adão F. de; CHAVEIRO, Eguimar F. Desigualdades socioespaciais, democracia e gestão metropolitana: análise do desempenho institucional em Goiânia. *Boletim Goiano de Geografia*, vol. 29, nº 1, 2009.

OLIVEIRA, Adão F. de; MOYSÉS, Aristides; CHAVEIRO, Eguimar F.; OLIVEIRA, Ubiratan F. de. *Cultura política, democracia e segregação sócio-territorial em Goiânia*. Relatório final da pesquisa Instituto do Milênio do Observatório das Metrôpoles – núcleo Goiânia, linha III: Governança urbana, cidadania e gestão das metrópoles, 2008.

OLIVEIRA, Luiz A. G. de. *Desenvolvimento econômico de Goiânia: o debate que não houve nas últimas eleições*, 2009. Disponível em: <http://www.seplan.go.gov.br/sepin/pub/conj3/03.htm>, acessado em 09 de fevereiro de 2009.

RIBEIRO, Luiz C. de Q. (org.) *Metrôpoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Rio de

Janeiro: FASE, 2004.

SANTOS JÚNIOR, Orlando A. dos. *Democracia e governo local: dilemas da reforma municipal no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan / FASE, 2001.

SANTOS JÚNIOR, Orlando A. dos et. all. *Políticas públicas e gestão local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais*. Rio de Janeiro: FASE, 2003.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE GOIÁS. *Plano Diretor de Regionalização*. Disponível em: <http://www.saude.go.gov.br/index.php?idEditoria=2654>, acessado em 20 de janeiro de 2009.

SOARES, Laura T. *Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2001.